



Nº 17.860 - Conceder aposentadoria a HELENA MARIA DUARTE matrícula 3.982.664-3, ocupante do cargo de Analista, Classe B, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Banco Central do Brasil, com fundamento no Art. 8º, § 1º, incisos I e II da Emenda Constitucional nº 20, D.O.U. de 16.12.98, combinado com o Art. 186, inciso III, alínea "c" da Lei 8.112/90 e a vantagem do Art. 62-a da Lei 8.112/90, instituído pela Medida Provisória 2.225-45, D.O.U. de 05.09.2001, tendo em vista o que consta do processo nº 0201130533.

MARDÔNIO WALTER SARMENTO PEREIRA
SILVA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DIRETA

PORTARIA Nº 17.852, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2002

O chefe substituto do DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DIRETA do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da competência que lhe confere o ADM 07.20.00.004.01, resolve:

Dispensar o servidor RAYMUNDO GALICKI, matrícula 8.479.050-4, a partir de 09/02/2002, da função comissionada de Assessor Sênior, sigla FCA-3, no GABINETE (DESUP/GABIN/EQUIPE).

OSVALDO WATANABE
(Of. El. nº disud-02/480)

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

PORTARIA Nº 12, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2002

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF e Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Educação Fiscal com base no art. 20, inciso V, do Regimento Interno e na Portaria nº 35 do Ministério da Fazenda, resolve:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Avaliação - CA, para monitorar e avaliar o Programa Nacional de Educação Fiscal-PNEF, para o exercício de 2002.

Art. 2º - A presente comissão será constituída por cinco titulares e três suplentes regionais, um consultor externo contratado pela ESAF e um representante da ESAF.

Art. 3º - Compete à Comissão de Avaliação do PNEF:

I - analisar os Relatórios de Acompanhamento - RA do Programa de Educação Fiscal nos Estados;

II - efetuar a avaliação do Programa nos Estados, a atuação da Secretaria da Receita Federal e a atuação da ESAF como coordenadora do Programa, utilizando-se do instrumento Ficha de Avaliação - FA, onde serão registrados as notas e os conceitos sobre os RAs analisados, e enviar a FA aos Estados;

III - apreciar as contra-razões apresentadas pelos Estados quanto à avaliação constante da FA;

IV - efetuar visitas aos Estados, quando da necessidade de comprovação de dados constantes dos RAs;

V - elaborar relatório final apresentando os resultados consolidados da avaliação do Programa, formulando recomendações se necessário.

Parágrafo único - A Comissão de Avaliação deverá observar os princípios a seguir:

I - evitar conflitos de interesse ao avaliar os RAs;

II - manter sigilo quanto às informações dos RAs ou do processo de avaliação;

III - comprometer-se com todo o processo, sem ônus remuneratório, exceto quanto ao consultor externo.

Art. 4º - Designar os componentes da Comissão:

a) TITULARES:

1- Ana Paula Sampaio Lopes - SEDUC/PE

2- Odonor Aquino da Silva - SEFAZ/MT

3- Maria de Fátima Cravo de Souza - SEDUC/PA

4- Zelita Terezinha Hahn - SEFAZ/SC

5- Custódio Joanes de Oliveira - SEFAZ/DF

b) SUPLENTE:

1- Eliane Leão Fernandes - SEDUC/MS

2- José Roberto de Macedo Portugal - SEFAZ/PR

3- Melanie Lepesqueur Botelho - SRF

c) CONSULTOR EXTERNO:

A ser indicado pela ESAF

d) REPRESENTANTE DA ESAF:

Conceição Teodora Baptista

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO
(Of. El. nº 20)

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 77, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso IV do art. 1º da Portaria MF nº 37, de 16 de fevereiro de 2000, HTTFRUYU-POL publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2000, resolve:

Designar Neuza Barbosa Silveira da Silva, Técnico de Finanças e Controle, matrículas SIAPE nº 0119395 e SIPE nº 22384, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para substituir, nos seus afastamentos e impedimentos eventuais, o Chefe do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Araçatuba, no Estado de São Paulo, Código DAS-101.1, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores.

ALMIR MARTINS BASTOS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIAS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2002

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 37, de 16 de fevereiro de 2000, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Nº 66 - Dispensar, a partir de 18.12.2001, JORCILÉIA STINGHEL SOARES, Agente Administrativo, Matrícula SIAPE nº 1052244, da Função Gratificada, Código FG-2, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nº 67 - Exonerar a pedido, a partir de 1º.02.2002, EDSON BATISTA DE ARAUJO, Técnico de Finanças e Controle, Matrícula SIAPE nº 1096919, do cargo em comissão de Gerente de Projeto da Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa, Código DAS-101.1.

Nº 68 - Nomear BRUNO BHERING DOMINONI, Analista de Finanças e Controle, Matrícula SIAPE nº 877683, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Projeto da Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa, Código DAS 101.1.

Nº 69 - Designar HONORINA MARIA ANDRADE RIBEIRO, Agente Administrativo, Matrícula SIAPE nº 0451620, para exercer a Função Gratificada, Código FG-3, da Secretaria do Tesouro Nacional, ficando, em consequência, dispensada da função que atualmente ocupa.

Nº 70 - Designar MARIA AUXILIADORA DE MENEZES, Técnica de Finanças e Controle, Matrícula SIAPE nº 1101760, para exercer a Função Gratificada, Código FG-2, da Secretaria do Tesouro Nacional, ficando, em consequência, dispensada da função que atualmente ocupa.

FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA
(Of. El. nº AS82/2002)

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e dando cumprimento a decisão do colegiado, resolve:

Constituir Grupo de Trabalho para elaborar uma plataforma interinstitucional de medidas e ações voltadas à prevenção e à repressão do combate ao crime organizado, composto pelos doutores FLÁVIA PIOVESAN (relatora), RUBENS CÉSAR FERNANDES e o JOÃO BATISTA BREDIA.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente do Conselho

(Of. El. nº 55/2002-GM)

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 8 de fevereiro de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País aos servidores:

PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO, Secretário de Direito Econômico, para participar de "Reunião do Comitê de Política da Concorrência da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE, Conferência do Conselho de Concorrência Francês e do Foro Global da Concorrência", na cidade de Paris, França, no período de 9 a 17 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.000398/2002-27).

LUÍS FERNANDO RIGATO VASCONCELOS, Gerente de Projeto da Secretaria de Direito Econômico - SDE, para participar de "Reunião do Comitê de Política da Concorrência da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE, Conferência do Conselho de Concorrência Francês e do Foro Global da Concorrência", na cidade de Paris, França, no período de 9 a 17 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.000397/2002-82).

Agentes de Polícia Federal PEDRO JOSÉ BARBOSA DA SILVA e JOÃO ALBERTO DE QUADROS, lotados na Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá/PR, para procederem à escolta policial com o objetivo de repatriar o clandestino Elonga Leke Papy, acompanhando-o até a cidade de Johannesburg, África do Sul, no período de 10 a 17 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08205.000447/2002-64).

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico - SDE, para participar da "XII Reunião do Comitê Conjunto de Peritos do Governo e do Setor Privado sobre o Comércio Eletrônico da ALCA", na cidade de Panamá, Panamá, no período de 12 a 16 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08012.000722/2002-15).

(Of. El. nº 013sbp)

Delegado de Polícia Federal RICARDO DOTTORI GASPAR, Chefe do Núcleo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro do Departamento de Polícia Federal, para participar de "Reunião Intersessional do Grupo de Trabalho do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional", na cidade de Londres, Inglaterra, no período de 9 a 16 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08205.000020/2002-66).

ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Of. El. nº 014sbp)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 46, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2002

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso XIV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 86, de 28 de janeiro de 2002, resolve:

Nomear JOSÉ DOMINGOS BARROS DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Comunicações, código DAS-101.2, da Coordenação de Documentação e Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

(Of. El. nº 20/SE)

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2002

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTO, DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 1º, item III, alínea "e", da Portaria Ministerial nº 223, de 12 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial de 13 seguinte, resolve:

Nº 25 - Conceder Pensão Temporária a MARDELY EUPHROSINA DA SILVA e ENY EUPHROSINA DA SILVA, filhas de ALGEMIRA DA SILVA, matrícula nº 1142853, falecida em 05.08.1990, servidora aposentada do Quadro Permanente deste Ministério, no cargo Telefonista classe C, padrão IV, com efeitos financeiros a partir de 01.01.1991, de acordo com o disposto no artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3373/58, combinado com os artigos 215 e 248 ambos da Lei 8.112/90, no percentual de cem por cento dos proventos da referida servidora. (Proc. 08007.000298/97-41)

Nº 26 - Conceder Pensão Vitalícia a VICENCIA DA GLORIA PEREIRA MOURE, viúva de WALDIR MOURE, matrícula nº 0162061, servidor aposentado do Quadro Permanente deste Ministério, no cargo de Agente de Portaria, classe B, padrão VI, no percentual de cem por cento dos proventos do referido servidor, a partir de 19.12.2001, de acordo com o disposto no artigo 217, inciso I, alínea "a", combinado com o artigo 215 ambos da Lei 8.112/90. (Proc. 08007.000065/2002-77)

Nº 27 - Conceder Pensão Vitalícia a MARIA MAGDALA BRANCO VILLAS BOAS, viúva de JUAREZ GONÇALVES VILLAS BOAS, matrícula nº 0749464, servidor aposentado do Quadro Permanente deste Ministério, no cargo de Técnico Nível Médio, classe A, padrão I, no percentual de cem por cento dos proventos do referido servidor, a partir de 20.01.2002, de acordo com o disposto no artigo 217, inciso I, alínea "a", combinado com o artigo 215 ambos da Lei 8.112/90. (Proc. 08007.000098/2002-17)

Nº 28 - Conceder Pensão Vitalícia a CECILIA KANASHIRO, viúva de ROBERTO KAZUO KANASHIRO, matrícula nº 0157370, servidor deste Ministério, no cargo de Fiscal de Abastecimento e Preços, classe A, padrão III, no percentual de cem por cento dos vencimentos do referido servidor, a partir de 25.12.2001, de acordo com o disposto no artigo 217, inciso I, alínea "a", combinado com o artigo 215 ambos da Lei 8.112/90. (Proc. 08007.000020/2002-01)

Nº 29 - Conceder Pensão Vitalícia a SUELI AZEREDO SOBREIRA, e Temporária a RAQUEL AZEREDO SOBREIRA, viúva e filha de CARLOS ROBERTO SOBREIRA, matrícula nº 0747877, servidor aposentado do Quadro Permanente deste Ministério, no cargo de Técnico Nível Médio, classe A, padrão III, no percentual de cem por cento dos proventos do referido servidor, a partir de 16.11.2001, de acordo com o disposto no artigo 217, inciso I e II, alínea "a", combinado com o artigo 215 ambos da Lei 8.112/90. (Proc. 08007.001151/2001-16)

Nº 30 - Conceder aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao servidor MARCELO MONTEIRO SOARES, matrícula nº 6161826, no cargo de Economista, classe A, padrão I, do Quadro Permanente deste Ministério, nos termos do artigo 186, inciso III,